

PEC DOS PRECATÓRIOS / Agenda da semana tem trâmite dos precatórios e acordo sobre emendas de relator. Câmara e Senado buscam solução para promulgar proposta que abre espaço no teto de gastos

Congresso avalia fatiamento

» JORGE VASCONCELLOS

O retorno da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Precatórios à Câmara dos Deputados deve ser a principal pauta política da semana, que será decisiva também para o destino das emendas de relator, vinculadas ao orçamento secreto. O Congresso corre contra o tempo para definir esses e outros temas prioritários antes do recesso parlamentar, que começa neste mês.

A PEC dos Precatórios é a aposta do governo para viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família. Segundo estimativas do Ministério da Economia, a proposta poderá abrir um espaço fiscal de R\$ 106 bilhões no Orçamento de 2022. Para isso, o texto muda o cálculo do teto de gastos e adia o pagamento de parte dos R\$ 89 bilhões que estão previstos para serem quitados no ano que vem na forma de precatórios — dívidas da União reconhecidas pela Justiça.

A proposta foi aprovada pelo Senado na semana passada. Em razão das alterações promovidas pelos senadores, o texto terá que ser novamente apreciado pelos deputados.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem defendido que os pontos do texto que forem consenso nas duas Casas poderão ser desmembrados e promulgados ainda neste mês, para permitir que o benefício de R\$ 400 seja pago antes do Natal, a cerca de 17 milhões de famílias. As demais partes da PEC, segundo o deputado, deverão tramitar normalmente pelas comissões antes de irem ao plenário da Câmara.

Em uma das modificações promovidas no texto, o Senado

definiu que o Auxílio Brasil terá um caráter permanente, e não uma vigência até dezembro de 2022, como previa a versão original. Entre outras alterações, também foi aprovada a vinculação de todo o espaço fiscal aberto pela PEC ao pagamento do novo programa e das despesas da Seguridade Social — Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

Lira tem discutido o possível fatiamento da PEC com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que só deve se posicionar sobre o assunto após ouvir os líderes partidários, em reunião nos próximos dias. Ele quer consultar também senadores que participaram das negociações, como José Aníbal (PSDB-SP), Oriovisito Guimarães (Podemos-PR) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Entre os senadores, o posicionamento de Lira gerou preocupações com a possibilidade de os deputados retomarem a versão original da PEC. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), havia dito que o presidente da Câmara estava ciente das negociações para a aprovação da proposta e tinha assumido o compromisso de votar o texto na íntegra, e não fatiado.

Na versão atual da PEC, há apenas dois pontos de consenso entre as duas Casas do Congresso, que não foram alterados pelos senadores: a mudança no cálculo do teto dos gastos públicos e a possibilidade de municípios parcelarem, em até 240 meses, dívidas com a Previdência Social.

Apesar de Lira afirmar que a promulgação imediata dos pontos de consenso vai garantir o início do pagamento dos R\$ 400, o fatiamento da proposta pode

Jefferson Rudy/Agência Senado



Senadores discutem PEC no plenário: corrida contra o tempo para votar temas prioritários antes do recesso parlamentar

acabar comprometendo o próprio financiamento do Auxílio Brasil, pelas seguintes razões: a mudança no teto dos gastos públicos abre um espaço fiscal de cerca de R\$ 60 bilhões, o que seria garantido com a promulgação desse trecho. Mas outros R\$ 40 bilhões seriam abertos com o parcelamento de parte do pagamento de precatórios. Como os senadores anteciparam, de 2036 para 2026, a vigência do parcelamento, esse ponto, como foi alterado, não poderia ser

promulgado de imediato, e o governo teria que aguardar sua aprovação no Congresso para contar com esses recursos.

Emendas

A questão das emendas do relator-geral do Orçamento da União, também chamadas de RP9, é outra pauta importante da agenda política da semana. O Congresso tenta convencer o Supremo Tribunal Federal (STF) a rever a decisão que suspendeu

a execução dessas emendas e ordenou a divulgação de todos os dados relativos ao orçamento secreto dos anos de 2020 e 2021, incluindo o nome dos parlamentares favorecidos.

Na última cartada, o Congresso informou ao STF ter condições de identificar os deputados e senadores que foram beneficiados com as RP9. Essa manifestação ocorreu na semana passada, dias depois de o Legislativo informar à Corte que limitações técnicas impediam a

identificação dos parlamentares. Por trás desse recuo, está o interesse na liberação de uma cifra de R\$ 7,5 bilhões, que pode se tornar uma dotação orçamentária perdida caso o tribunal não mude de posicionamento.

Nesta semana, o senador Alessandro Vieira pretende colher assinaturas de apoio ao pedido que ele apresentou pela criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar responsabilidades pelo orçamento secreto.



ROBERTO BRANT

"EM ALGUM MOMENTO, O CRESCIMENTO DA POBREZA E A AUSÊNCIA CLARA DE OPORTUNIDADES PARA QUEM ESTÁ DE FORA PODEM PRODUZIR UMA EXPLOÇÃO SOCIAL"

Os candidatos vão ao mercado

O Brasil chegou ao ponto no qual é impossível a qualquer um fechar os olhos para nosso fracasso econômico. Há mais de 10 anos, estamos regredindo em quase todos os indicadores de bem-estar e prosperidade, num período em que praticamente todos os países de alguma relevância econômica cresceram. Agora mesmo nossa economia acaba de ingressar naquilo que os economistas chamam de recessão técnica, quando o crescimento do PIB é negativo por dois trimestres seguidos, após um breve ensaio de recuperação.

Se estivéssemos em tempos normais, o tema dominante da agenda política só poderia ser o crescimento econômico. Os efeitos do

baixo crescimento e do alto desemprego já não estão segregados nas periferias longínquas. A pobreza crescente está expondo seus tristes traços nos centros das grandes cidades, até em São Paulo. Percorrer o centro da nossa cidade mais rica chega a ser um espetáculo de horror. Mas, onde quer que se vá em todo o país, a pobreza e a miséria estão expostas cruamente diante dos olhos de todos.

É uma ilusão acreditar que a índole resignada dos brasileiros pobres não deixará que se turve a paz e a tranquilidade dos ricos e dos remediados. Em algum momento, o crescimento da pobreza e a ausência clara de oportunidades para quem está de fora

podem produzir uma explosão social.

Apesar de tudo isto, o tema do crescimento econômico e do combate à pobreza pelo aumento dos empregos e das atividades produtivas nem sequer é mencionado. Quando um espírito mais livre ousa tocar na questão, é imediatamente rotulado de anacrônico ou herege, pois esta não é absolutamente uma tarefa do Estado. A reação é de tal forma contundente e avassaladora que os espíritos mais sensíveis preferem retroceder e voltar ao silêncio. O papel dos governos, segundo este consenso, é manter um rígido conservadorismo fiscal e neutralizar a ação direta do Estado.

Quando o Brasil tinha

uma sociedade muito mais simples e uma economia muito menor, o debate político era muito mais substantivo do que hoje, girando em torno de questões centrais, como o desenvolvimento, as políticas distributivas e até visões opostas do mundo. Mesmo depois da redemocratização, tivemos, em 1994, 1998 e 2002, confrontos de ideias substantivas. Daí em diante, eleições foram apenas uma competição vazia entre personalidades e o silêncio sobre o destino estratégico do nosso país e de nossa sociedade.

Apesar do estado em que se encontra o Brasil, não tem faltado candidatos à Presidência da República. Até agora os candidatos parecem diferentes nas aparências, mas nenhum deles dá o menor sinal de que tem um

projeto de governo transformador, à altura dos recursos do país e das mudanças do século XXI. O que os une é a submissão aos consensos dos economistas do mercado financeiro e suas adjacências.

Na nossa tradição política, candidatos à Presidência mostravam força reunindo em torno de si figuras políticas de prestígio, cujas biografias antecipavam a orientação do futuro governo e facilitavam a identificação dos eleitores. Agora a história é outra. Os candidatos têm primeiro que escolher o seu economista, que passa a falar em seu nome, porque economia é conversa para adultos, não para políticos.

Não pode ser qualquer economista. Se for de universidade, não serve. Tem que ser do mercado, de con-

fiança dos investidores, para garantir que as políticas do governo não saiam dos trilhos. Por estes trilhos, entendida-se: rigor fiscal, superávits orçamentários, políticas monetárias severas, ampla desregulamentação financeira e neutralização da liderança do Estado em políticas de crescimento. Quem não seguir este protocolo será inscrito numa lista negra, que será amplamente divulgada pela imprensa.

Excetuadas estas questões "especializadas" de economia e de crescimento, o candidato tem ampla liberdade para prometer e, depois, fazer qualquer coisa que quiser. Se alguma coisa der errado, não tem importância. Os capitais, ao contrário das pessoas, podem fugir para qualquer lugar, onde serão muito bem recebidos.

Entrada de Ambulância

1.400 OBRAS NO DF

Nova UPA do Paranoá